

SAUDAÇÃO

por D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES
BISPO DO PORTO



ãO poderíamos deixar de corresponder ao tão amável e honroso quão insistente convite para escrever uma palavra de abertura da Lusitania Sacra.

Esta palavra, por quente que seja, mal conseguirá traduzir o aplauso, entusiasmo e esperança com que saudamos o nascimento do Centro de Estudos de História Eclesiástica e o aparecimento do seu órgão de expressão.

Se houvéssemos de fundamentar ou justificar esse aplauso, entusiasmo e esperança, poderíamos resumir tudo nestes simples enunciados:

O homem existe, cumpre-se e pensa-se na história.

E a história não existe, faz-se.

É o homem que a faz e escreve; mas também é ela, feita e escrita, que faz o homem...

Creio que já alguém disse ser a história o veneno mais subtil que o espírito humano é capaz de segregar.

Não sei se será sempre o mais subtil; nem se será necessariamente veneno; parece, ao menos, que tal secreção é abundante, tão abundante que nela nada — sobrenada ou se afoga — a mente do homem.

Sobretudo a mentalidade moderna; de tal forma que a his-

tória já degenerou em historicismo. E o historicismo é o naufrágio da história.

Se o facto é o próprio fazer-se, quando existirá o facto? Se só se dá evolução e não é dado um sujeito evolvente, como poderá sobrepor-se ao turbilhão a consciência, a consciência que não poderá ser senão o núcleo mais íntimo do próprio turbilhão? Poderia o rio sem margens ter consciência ou dar testemunho do seu fluxo?!

A história suicida-se no historicismo; e nesse desastre perde-se também o homem e o sentido do seu destino, tanto individual como colectivo.

Este evolucionismo metafísico e universal — traduzido primeiro no ápeiron sempre vivo e imutável de Anaximandro, do qual e ao qual todas as coisas singulares têm origem e regresso, teoria a que Lamarck e Darwin darão a expressão que hoje se adopta e que temos a ingenuidade de considerar positiva e científica, evolucionismo sintetizado depois no pánta rei de Heráclito, que o actualismo de Hume modernizou e preparou para o actual existencialismo, que é o próprio absurdo do existir como sujeito de si mesmo — esse evolucionismo metafísico absoluto já desceu dos páramos supostamente serenos do alto pensamento para os domínios da mundividência corrente e da emotividade caseira. É hoje na verdade um conceito primário e — ainda mal!... — não apenas de primários.

Vai na bagagem intelectual de quase toda a gente, entre aquelas noções claras, que são tais por nem chegarem a ser noções, entre as ideias simples, que melhor se diriam simplistas.

Assim o hoje é sempre melhor que o ontem, a última realidade é sempre superior à que precedeu. Não importa julgar; basta que a coisa seja hoje, para valer. O que é tem, no próprio facto de ser, a sua razão. Ser actual é o único critério de valor.

E isto, que se verifica nos domínios da filosofia, da ciência e da arte, como nos da que se denomina francamente moda, verifica-se com maior evidência e mais larga ressonância na esfera política e social.

Quanto ao presente basta que uma coisa — democracia, socialismo, comunismo... — seja, para que tenha razão de ser; e isto, não no sentido de que tenha tido causas, mas no de que devia ser e de que não precisa doutra justificação além do facto

de ser. Quanto ao futuro, para o valorar, apenas importa saber o que virá a ser; e, para prever isso, basta considerar o que é mais avançado, isto é, mais futuro. Progressismo, futurismo, ultraísmo, são nomes, densos de emoção primária e metafísica, deste evolucionismo galopante.

Se isto pudesse ser uma filosofia da história, teríamos de chamar-lhe a filosofia da abdicação, a teorização da cobardia, a morte da liberdade e da moral, isto é, da pessoa.

Coincidência material do facto com o direito, identificação de ser com o dever ser, «racionalidade do actual»... Onde ficará o lugar para o homem, para o juízo da história, para a própria história?!

É na verdade fácil notar que progressismo, futurismo, ultraísmo, como todos os ismos absolutizados, são a própria destruição do conceito a que se juntam. (É pena que a doutrina da relatividade generalizada — se não pela sua relativa verdade, ao menos pela sua modernidade — não se aplique também a este movimento...)

Como para vencer o racionalismo não há senão o estudo sério da razão, como para esclarecer o idealismo há que estudar as ideias e a abstracção ou ainda como para dominar o positivismo temos de saber o que é o facto e o positivo, assim também não podemos ultrapassar o historicismo e a sua metafísica senão estudando a história e a sua fundamentação.

Se isto interessa em qualquer género de história, por simples amor da ciência e da verdade, interessa sobremaneira na história da Igreja, não só por essas razões, mas por todas as que fazem a justificação da Igreja, melhor, do próprio facto eclesial. Sabemos como em todos os tempos a Teologia ou estudo de Deus tem sido para os espíritos hesitantes a «justificação de Deus». No pólo oposto, segundo Dostoiewsky, Deus é julgado e condenado à morte, isto é, a não existir, por «não ter criado em condições convenientes». É o ateísmo militante radica todo nesse terreno — imputar a Deus e à religião as culpas da liberdade humana. O mesmo quer dizer o ateísmo podre quando afirma, pela boca de Sartre, que o problema de Deus é um problema das relações entre os homens.

Leibniz teve a franqueza de criar a palavra: Theodicea, a justiça ou a justificação de Deus.

Quase nos apeteceia sugerir a criação duma Ecclesiodicea. Se contra tal se podem alinhar todas as razões que se apresentaram contra a criação filológica de Leibniz e se na verdade tal palavra podia sugerir desde o princípio um estudo interessado, não é lícito ignorar que há um imenso trabalho de sub-estruturação que importa fazer-se, não exclusivamente no interesse da Igreja, mas no da cultura, da dignidade do espírito e do bem social.

É evidente que para o rígido historicismo evolucionista o facto da Igreja e a sua consciência dogmática e histórica são um escândalo, um pesadelo, e uma ofensa. A própria ideia duma instituição de essência imutável — para não falarmos já da própria existência de qualquer essência institucional — uma instituição definitiva ou escatológica, revestindo sem dúvida as contingências duma circunstância imutável, mas superior à essencial contingência do tempo, tal instituição é sem dúvida um desafio para o historiador naturalista e para a sua mentalidade historicista; nem admira que a tome como uma provocação pessoal.

O dilema está posto e tem de pôr-se: ou Igreja ou historicismo.

Mas igualmente podíamos pôr outras alternativas do historicismo, que se devem ver com clareza e aceitar com coragem: — ou historicismo ou liberdade pessoal, ou historicismo ou pessoa humana, ou historicismo ou ética social. Melhor e como fórmula: ou historicismo ou história...

Estamos porém a ouvir a objecção de que, nestas simples considerações, transporíamos a historiografia do terreno sólido das ciências positivas para uma estratosfera diáfana de filosofia e metafísica. A este propósito, ocorrem-nos as palavras de S. S. Pio XII, ditas em 7 de Setembro do ano passado aos participantes do Décimo Congresso Internacional das Ciências Históricas:

«Vós sabeis quanto se tem discutido sobre o tema: a ciência deve ser livre de ideias preconcebidas. Este tema era um slogan; como todos os slogans, não era isento de ambiguidade e prestava-se à confusão. Não existe ciência, pelo menos ciência positiva, que possa dispensar os pressupostos. Cada uma postula pelo menos certas leis do ser e do pensamento, que ela utiliza para se constituir. Se, em lugar de dizer — «livre de pressupostos» — se dissesse — «imparcial»!

Este voto é tanto mais justo quanto é certo que o perigo não

está tanto em fazer historiografia interessada quanto em, consciente ou inconscientemente, prejudicar história, com tanta naturalidade como Mr. Jourdain fazia prosa. Positivamente, não achamos que nem de longe possam prejudicar tanto a cultura e a humanidade as historiografias francamente interessadas e apologéticas dos nazistas de ontem e dos comunistas de hoje, quanto a história, dita objectiva e científica, dos historiadores ditos livres e liberais. Da mesma forma parece-nos que, se não devemos aprovar nem desculpar a historiografia de Alcobaça, que fez da história um meio de exaltação patriótica e fundamentação das razões de ser da nação (e às vezes do convento), poderemos ao menos compreender esses frades e desta compreensão nenhum mal resultará. E parece que também pouco mal resultaria de que os historiadores do século XIX fizessem a exaltação do liberalismo, da supremacia do poder civil (ou duma corrente política), da liquidação imediata dos frades e futura da Igreja (e, em certos casos, parece que da própria Nação livre), desde que confessassem que era isso o que se queria, à custa da história. Interesse por interesse, haveria apenas que ver qual era mais compensador...

O que importa é ser franco e honesto: a questão é mais de consciência que de ciência, mais de seriedade que de objectividade.

A imparcialidade tem de ser o ideal de todo o historiador honesto e amigo da verdade. Mas importa reconhecer liminarmente e humildemente — a humildade é a verdade — que propor-se o historiador escrever «livre de pressupostos» é ou uma hipocrisia ou uma inconsciência. A «liberdade de preconceitos» é a forma mais radical e virulenta de parcialidade.

Isto poderia comprovar-se, a posteriori, na análise crítica de historiadores nacionais e estrangeiros; e tanto mais quanto mais orgulhosos e historicistas.

Mas esse efeito não é só um vício; arranca da própria essência das coisas e da natureza humana.

Nenhum homem pode desinteressar-se do humano: a humanidade e os seus destinos são o negócio mais íntimo de cada homem, e tanto mais quanto mais este sobe ao universal. A pretensão de ser espectador e não actor do drama ou da comédia humana — à maneira do filósofo Descartes ou do romancista Eça — falseia na base os próprios conceitos.

Estamos comprometidos na natureza humana; nascemos embarcados, embarcados na espécie humana, numa pátria, numa religião, numa cultura. A melhor maneira de nos aproximarmos da objectividade é reconhecermos estes dados positivos; a segura maneira de tudo errarmos e confundirmos é querer e supor que podemos eliminá-los ou que já os eliminámos.

Há só um que tem direito de ser espectador e não actor: é Aquele que montou a máquina, este «grande teatro do mundo». Só o «Primeiro Motor imóvel», como lhe chamou a pobre Filosofia humana, só Esse está fora do movimento e portanto só Esse o pode apreciar. A Esse e à Sua perspectiva deverá o historiador procurar subir; mas com humildade e renúncia, nunca com a secreta aspiração de O destronar.

No reino da ciência, já o dizia Bacon, não se entra por outra forma que no reino de Deus: só fazendo-nos como crianças!

De qualquer maneira, só na admissão desse Absoluto imóvel é possível fundamentar e compreender o movimento histórico.

Não podemos abordar a história sem pressupostos; o que importa é que estes sejam, quanto possível, verdadeiros.

Pensar que o espírito do observador histórico pode ser tabula rasa é um pressuposto: infelizmente um falso suposto.

Pensar que a história do homem se pode tratar com o método das ciências físico-químicas ou como simples história natural é um pressuposto: infelizmente um falso suposto.

Pensar que o mundo se move dentro duma causalidade natural fechada, que é impossível a entrada na história humana de qualquer força superior, é também um pressuposto: infelizmente um falso suposto.

Nem menos falso é o suposto da perfeita indiferença do historiador perante os processos históricos. Todos os acontecimentos, por mais remotos que sejam, fazem parte de processos encadeados entre si, que em última análise constituem o grande processo histórico em que todos estamos empenhados. Não podemos julgar o passado senão à luz do presente; e não podemos julgar o presente senão à luz da prevista evolução e concatenação de todos os processos em ordem ao que havemos de considerar como fim último da humanidade, do mundo e da história.

O historiador não vai buscar à história a sua mundividência; pelo contrário, leva para a interpretação da história a sua mun-

dividência, embora sujeite esta continuamente — e é a melhor das hipóteses — à contraprova dos factos.

Todas estas considerações se referem à história como architectónica — sem sequer abordar o ponto de saber se havemos de considerá-la uma ciência, uma arte, binação disto tudo.

Não é que desconheçamos a importância da heurística, nem a seriedade com que deve tratar-se o documento e a sobriedade de que se há mister em toda a indução e generalização.

Da melhor vontade subscreveríamos o autorizado parecer do técnico, que fôra Pio XI, quando dizia que são precisos anos de investigação e análise para algumas horas de síntese.

Achamos que também nesta disciplina, talvez mais que em muitas outras, tem lugar a velha recomendação: rationi addendæ sunt non alæ sed plumbum.

Parece no entanto que a heurística se ordena para a historiografia; e esta não chega a ser a grande história, se não se completar com aquilo que a escola de Balmes denominou historiologia, historiosofia e historiognose.

Trata-se na verdade duma disciplina total.

Consequentemente parece útil e razoável que a «religião do documento» não se cinja a si mesma nem se transforme na superstição do documento.

Importa compreender e respeitar a tradição, que não é de forma nenhuma o respeito da lenda, mas a consideração da vida; na história da Igreja, a Tradição é a sua própria vida institucional.

Mesmo a legenda não deve legitimamente arrumar-se como lenda, senão depois de se mostrar quando, como e por que nasceu. E nessa demonstração, quantas revelações úteis se podem fazer!

Sem contar que uma verdadeira lenda apresenta por vezes mais conteúdo histórico, como poetização de factos que intimamente apaixonaram a alma colectiva, do que tantos documentos mortos e sepultados...

Para além disso, importa que a visão microscópica, necessária para a investigação e análise, não se transforme em miopia, que incapacite para as visões panorâmicas de conjunto.

E tantas vezes os homens da Igreja, talvez confiantes nas promessas de vida eterna que lhe foram feitas, mas não cuidando bastante que essas promessas não garantem uma civilização

determinada, quantas vezes os homens da Igreja se têm ocupado na investigação seca e indiferente do facto, enquanto os outros não pensam senão em teorizações ou generalizações, nas grandes sínteses históricas que, particularmente desde Hegel, não visam senão a dar, com a indiferença e serenidade das evidências, uma visão ultra-cristã da história!...

A Lusitania Sacra virá ocupar um imenso campo, há tanto tempo deserto de ocupantes. (Queríamos aqui se entendesse deserto no sentido alentejano de ávido, que espera ou deseja). Prestará grandes serviços à Igreja; mas não os prestará menores à Pátria e à cultura profana. Não iremos tão longe como António Sardinha quando afirmou que «a história de Portugal, em toda a sua plenitude, não é mais que um capítulo da história da Igreja». Mas, colocando-nos mesmo em perspectiva mais vasta, poderíamos sem hesitações subscrever afirmações feitas, no ano passado, pelo Sr. Cardeal Ottaviani, por ocasião da sua visita a Fátima: «Não se conceberia uma história da civilização humana sem Portugal, como não se conceberia sem Portugal uma história da Igreja nos últimos séculos... Portugal alargou os confins do mundo; e não só os geográficos, mas também os espirituais: há uma arte, há uma poesia, há um pensamento, há uma tradição de direito e de governo, que, sendo agora património universal e humano, são todavia coisa vossa, levam gravado o cunho português».

E isto sem dúvida pela nossa fidelidade à Igreja, que já se tornou fidelidade a nós mesmos. Por isso poderíamos falar duma predestinação, quanto ao passado, e ainda mais quanto ao futuro. Para esta preferimos ainda o testemunho dum estrangeiro. Diz Gonzague de Reynold: «Portugal está predestinado a ser um Estado cristão, um Estado católico: Todas as vezes que o esquece encontra-se nu, como Adão depois do pecado. Nu, isto é, um país pequeno, dividido, decadente, sem razão de ser».

Que a Lusitania Sacra entre com galhardia nesse campo, que é seu, e venha a fazer-se sentir na cultura de aquém e além fronteiras!

Que ela desça ao fundo dos caboucos da investigação, para assentamento dos alicerces da construção histórica!

Mas que ela mostre também, na grandiosa concepção pau-

lina — donde provieram as grandes sínteses de padrão augustiniano (em face das quais as de tipo hegeliano são apenas exercícios retóricos de gongorismo raciocinante) — que ela mostre aptata esse sæcula verbo Dei: que os tempos, como a própria natureza, são obra do Verbo de Deus e por isso estão sujeitos a uma lei de razão.

Debaixo do acidente irracional há a racionalidade essencial do plano de Deus.

Que essa profunda filosofia da história contida no provérbio parece que só português — Deus escreve direito por linhas tortas — provérbio que talvez se pudesse completar com a observação recíproca de que o diabo escreve torto por linhas direitas, que essa profunda filosofia da história irradie das páginas da Lusitania Sacra, para a autêntica ressurreição do passado, esclarecimento dos horizontes do presente e iluminação dos caminhos do futuro!